

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

ESTRATÉGIAS SOCIOAMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO DE BARRAGENS

Joseph S. Weiss (CDS/UnB) - josephweissbr@gmail.com

Pesquisador CDS/UnB, Eng.Agr., ESALQ/USP, 1964; Ph. D., Cornell Univ., 1971

Estratégias Socioambientais no Planejamento de Barragens

Resumo Estendido

Devido ao poder do setor hidroelétrico, inúmeras barragens serão construídas apesar dos esforços em vão dos movimentos sociais. Essa poderosa indústria tem obtido o licenciamento das obras sem atenção suficiente aos direitos dos atingidos, aos impactos socioambientais, à eficácia e à equidade dos benefícios. Como lidar com esse dilema?

Vários esforços reconheceram a necessidade de compatibilizar as visões e objetivos dos planejadores e da sociedade civil sobre as consequências das barragens, tais como o relatório da Comissão Mundial de Barragens; o projeto de Barragens e Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, os controvertidos Protocolos de Sustentabilidade da Associação Internacional de Hidroenergia; e iniciativas do Ministério de Minas e Energia, como o novo manual para a elaboração de inventários fluviais, incorporando aspectos socioambientais, e o novo decreto de cadastro dos atingidos.

É possível tornar o processo de planejamento de barragens aceitável em termos socioambientais?

Continuação

O Plano Nacional de Energia (Brasil, 2007) trabalha com a perspectiva de aumentar em cerca de 170.000 MW as hidroelétricas instaladas na matriz elétrica em 2030, prevendo que a bacia do Rio Amazonas seja responsável por uns 77% desta expansão. No entanto, 62% do potencial da bacia têm restrições socioambientais segundo critérios da Empresa de Pesquisa Energética - EPE (Souza e Jacobi, 2010). É um tema há muito debatido pelo setor público, a sociedade e as empreiteiras, permanecendo os empecilhos para sua eficácia e justiça socioambiental.

Entre os problemas mais corriqueiros estão a falta de espaço para diálogo, a destruição dos habitats dos rios, a subestimação da população atingida e dos impactos socioambientais adversos, a insuficiência nos programas

compensatórios para os atingidos e o desrespeito em relação às interações simbólicas entre o ser humano e seu espaço (Souza e Jacobi, 2010, citando Magalhães e Hernandez, 2009; Switkes, 2008).

Nas últimas décadas, tem havido várias iniciativas para responder a essas questões, aqui enumeradas:

- A Comissão Mundial de Barragens (CMB) concluiu em 2000 que:
 - Paga-se um preço social e ambiental inaceitável e desnecessário pelas pessoas deslocadas, pelas comunidades à jusante, pelos contribuintes e pelo meio ambiente natural.
 - Os esforços para amenizar esses impactos tiveram pouco êxito.
 - Debates inclusivos podem trazer soluções melhores.
- O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estabeleceu o projeto Barragens e Desenvolvimento, de 2001 a 2007, dando continuidade à discussão.
- Também em 2007, a *International Hydropower Association* (IHA) buscou desenvolver Protocolos de Sustentabilidade, representando principalmente o ponto de vista do setor hidroenergético.

No Brasil:

- O Movimento de Atingidos pelas Barragens (MAB) surgiu nos anos 1970 e se constituiu em 1991.
- O Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens da UFViçosa foi criado em 1996.
- O Ministério de Minas e Energia avançou com normas como:
 - A criação da EPE, que passa a requerer avaliações ambientais integradas dos empreendimentos previstos.
 - Um novo manual para a elaboração de inventários hidroenergéticos de bacias.
 - O cadastro da população atingida por barragens.

Diante da análise da realidade política e institucional do setor, especificamente qual deve ser a estratégia da oposição às barragens: impedir a construção ou lutar pelos seus direitos? Seria possível ressuscitar os princípios da CMB, especialmente mais participação e justiça ambiental?

No nível global, Goodland (2010) fez sete propostas de avanço: 1) antecipar o pagamento pelos prejuízos dos atingidos, 2) evitar expulsões forçadas, 3) realizar estudos de impacto socioambiental, 4) reduzir riscos climáticos, 5) preservar a biodiversidade, 6) fazer cumprir acordos, especialmente quanto às condicionalidades e 7) adotar padrões de melhores práticas.

Adicionalmente, sugere-se:

- 1) Capacitar técnicos nos setores público e privado sobre os resultados da CMB;
- 2) Planejar a inserção e a sustentabilidade regional das obras;
- 3) Abrir espaço para os movimentos sociais realizarem negociações prévias;
- 4) Requerer a participação do setor de recursos hídricos, dos movimentos sociais e da sociedade civil na elaboração dos estudos, desde o início dos inventários de rios;
- 5) Regulamentar a avaliação ambiental estratégica (AAE);
- 6) Requerer a contratação de representantes de movimentos sociais e organizações não governamentais para realizar o monitoramento dos impactos e programas socioambientais;
- 7) Delegar a co-responsabilidade da execução dos programas socioambientais aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Como consequência dessas medidas, seria possível reduzir o grau de desconfiança e aumentar a concepção e a aceitação de um desenvolvimento mais sustentável. Com o engajamento da sociedade civil nas AAEs e a antecipação dos programas de sustentabilidade das obras, os EIAs

consequentes poderiam ser meros aperfeiçoamentos e detalhamentos de programas de sustentabilidade em execução.

Com essas medidas, os empreendedores também ganhariam. Reduziriam seus riscos relativos à imprevisibilidade dos prazos de execução e custos da obra e dos programas socioambientais. Seria antecipado o processo de planejamento e licenciamento, reduzindo a judicialização, permitindo a entrada antecipada das unidades em funcionamento.

Referências

Brasil 2007. Plano Nacional de Energia 2030, Brasília: MME/EPE, 2007.

Goodland, R. 2010. The World Bank versus the World Commission on Dams, *Water Alternatives* 3(2): 384-398 2010. www.water-alternatives.org

Magalhães, S.M.S.B. e Hernandez, F.M. (orgs.) 2009. Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém.

Souza, A. N. e P. R. Jacobi (2010). Expansão da Matriz Hidrelétrica no Brasil: as Hidrelétricas da Amazônia e a perspectiva de mais Conflitos Socioambientais, Florianópolis: V ANPPAS. alenascimento@usp.br

SWITKES, G. 2008. Águas Turvas: Alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. Patricia Bonilha, editora, São Paulo: International Rivers.